

Editorial

Inicialmente, parabéns a todos os professores pela trajetória de luta em defesa de seus direitos e do ensino público de qualidade.

A mobilização deve se fortalecer diante dos ataques por parte do governo estadual. A publicação da Resolução 66/08 estabelecendo critérios para avaliação dos professores em estágio probatório; a recusa em acatar a alteração da jornada proposta pela Lei do Piso; o Projeto de Lei 41/08 instituindo bônus por resultados fazem parte do pacote orquestrado pela secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, contra a categoria. Mais uma vez, esta secretária não apresenta qualquer proposta concreta para a valorização dos profissionais e a consequente melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, mantém sua política de humilhação aos profissionais, acusando-os de responsáveis pelo fracasso da política educacional gestada por seu grupo político. Não vamos permitir!

Ao impor metas, avaliações e bonificações de resultados, este governo confirma que trata a escola pública com viés estritamente empresarial, sem qualquer preocupação com o dinamismo, a criatividade, o humanismo, a solidariedade inerentes ao setor educacional. A redução dos investimentos com pessoal da Secretaria da Educação, apesar do crescimento na arrecadação, demonstra que esta administração considera o ensino público como um gasto e não como investimento e reafirma a política de desvalorização dos profissionais.

Sem nos curvamos diante destes ataques, já reafirmamos nossa capacidade de luta. O grandioso movimento de greve realizado no primeiro semestre obrigou a S. E. a negociar os principais pontos da pauta de reivindicações diante do Tribunal Regional do Trabalho. Esta ação assegurou, conforme solicitação da APEOESP, alterações no cronograma de reposição de aulas, com extensão do período; retirada das faltas do prontuário e a instituição de procedimentos, garantindo reposição aos especialistas. Efetivação dos ACTs através de concursos públicos classificatórios também está na ordem da negociação no TRT.

A mobilização deve continuar para pressionar o governo estadual a cumprir a determinação da Lei do Piso: 33% da jornada devem ser utilizados para atividades extraclasse. Com isso, podemos assegurar a abertura de 60 mil novos postos de trabalho.

Conforme aprovado em nossa assembleia, reforçaremos neste segundo semestre nossa campanha contra a municipalização do ensino e pela garantia de creche e pré-escola a todas as crianças em idade pré-escolar. Não podemos permitir que os municípios assumam a responsabilidade do Estado de garantir o ensino fundamental em detrimento da garantia de creches e pré-escolas.

Mais uma vez, queremos contar com a participação de todos! Reforçamos os cumprimentos pelo Dia do Professor. Nossa comemoração é, na verdade, um manifesto pela real valorização de toda categoria e pela garantia de ensino público de qualidade! Parabéns, professor e professora!

Diretoria

O petróleo viabilizará qualidade da educação



A descoberta de reservas de petróleo da plataforma marítima brasileira na área conhecida como pré-sal representa uma nova era econômica para o nosso país. Apenas no campo de Tupi, na Baía de Santos, as estimativas apontam para a existência de um volume de cinco a oito bilhões de barris de petróleo. Trata-se de uma formidável conquista do nosso país, graças ao empenho de nossos técnicos, às políticas energéticas que vêm sendo implementadas e ao desenvolvimento de uma tecnologia de exploração em águas profundas que é única no mundo.

Entretanto, para que o novo salto que se projeta para a economia brasileira nos próximos anos resulte em melhoria real na qualidade de vida do nosso povo, resgatando a maioria da população de séculos de carências, miséria e abandono, é necessário que os vultosos recursos que advirão da exploração desta riqueza recém descoberta reverta em investimentos nas áreas sociais, sobretudo e prioritariamente na educação.

Diversas experiências internacionais demonstram que os países que superaram seu atraso econômico, social, cultural e tecnológico investiram pesadamente em educação. No Brasil, sempre enfrentamos a invariável alegação das autoridades de que não havia recursos suficientes para suprir nossas necessidades educacionais. Pois bem, agora teremos.

Na realidade, a disputa pela partilha destes recursos já começou. Setores acostumados a serem sempre beneficiados com os lucros re-

sultantes da exploração de nossas riquezas movimentam-se para usufruir também destes novos dividendos. Ao mesmo tempo, alguns segmentos conservadores, interessados em que o Brasil não progrida sob o atual governo, criticam o volume de investimentos necessários para a exploração das reservas do pré-sal – algo como R\$ 2 trilhões até 2017. Esquecem, providencialmente, que as reservas descobertas, segundo alguns especialistas, têm potencial comercial estimado de até R\$ 100 trilhões.

Acreditamos que o povo brasileiro merece, sim, que se façam investimentos desta ordem, os quais, naturalmente, serão maiores ou menores de acordo com a confirmação dos volumes de petróleo de cada reserva. O fundamental é que os royalties e as receitas resultantes da tributação deste verdadeiro tesouro sejam revertidos para aquele setor que pode fazer com que o Brasil dê o salto definitivo para o futuro, que é a educação.

É preciso assinalar, ao mesmo tempo, que investir estes recursos na educação básica significa investir na formação dos futuros cientistas brasileiros que poderão levar o nosso país a novas conquistas tecnológicas para a exploração mais racional e sustentável de nossos recursos naturais. O desenvolvimento econômico, desta forma, propicia uma cadeia que resulta em mais desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico.

Os mesmos setores que se mobilizam para tentar inviabilizar o Piso Salarial Profissional Nacional, conquista histórica dos professores

brasileiros, criticam os planos para a exploração das reservas do pré-sal, ao mesmo tempo, que já se movimentam para impedir o uso destes recursos na educação e nas demais áreas sociais também.

Não é coincidência que em São Paulo está a maior oposição a ambas as medidas. Nesse momento, a patente ausência de uma verdadeira política educacional é agravada pelas disputas eleitorais entre a base política do governo. A atual Secretária de Educação e o seu antecessor vêm trocando ataques pela imprensa, em mais uma demonstração que no estado de São Paulo educação não é uma questão de Estado, mas uma área sempre sujeita as mudanças decorrentes da transição de um governo para o outro.

Dinheiro para um salto educacional em nosso estado não falta. Esse ano, dados da economia do estado indicam que, em seu conjunto, a arrecadação afetiva do estado deve superar em muito a arrecadação programada. Se as expectativas se confirmarem a Receita Tributária deve crescer 19,18%, possibilitando uma sobra ou excesso de arrecadação da ordem de 10 Bilhões. O valor adicional para a educação advindo da receita extraordinária é de cerca de 3 Bilhões de reais.

Nas eleições municipais é necessário ficar atento e identificar quais são os candidatos que entendem educação enquanto um investimento e não mais um gasto, comprometidos com uma educação pública de qualidade para todos, com a necessária e urgente valorização dos profissionais em educação.